
Maquiavel: Uma Abordagem Geográfica e (Geo) Política

Wagner Costa Ribeiro*

A formação em Geografia criou-nos um viés. O viés do espaço e das ações no espaço, sem, é claro, deixar de levar em conta o tempo que se materializa naquele.¹ Esta formação (ou deformação, como queiram) atende à demanda da divisão acadêmica do trabalho. Espera-se que o geógrafo dê conta da problemática do espaço; do economista, as explicações de ordem econômica; do sociólogo, o entendimento do jogo entre as classes sociais; do cientista político, a arte da política deve ser o objeto. Esta lista poderia ser maior.

Não queremos mostrar todos os ramos e áreas das ciências que se preocupam com as questões do homem, das suas relações, sejam elas econômicas, políticas, sociais, espaciais, emotivas, culturais, pois isto seria um outro trabalho. Só queremos deixar claro que, apesar de buscarmos a totalidade na compreensão dos fenômenos sociais, aqui entendidos como aqueles oriundos das relações entre os homens (de modo amplo), não podemos nos furtar a negar aquilo que nos é evidente fruto do

*Professor do Departamento de Geografia - USP.

¹ Esta expressão, cunhada pelo prof. Dr. Manoel Seabra do Departamento de Geografia da FFLCH-USP, é empregada aqui no sentido de que a **formação** atribuída aos geógrafos vai na direção da construção de uma leitura da realidade sobre a ótica do espaço, ou da espacialidade das relações humanas. Mesmo que se tenha como projeto a compreensão da totalidade dos fenômenos sociais de modo a não reforçar a divisão acadêmica do trabalho, a formação enviesada pela "ótica do espaço" vai permitir um assumido corte na posição de investigador da realidade, qual seja, o daquele que busca compreender as relações sociais não pelo espaço, mas sim tendo neste um elemento que contribui para uma visão totalizadora do fenômeno social. Neste sentido cabe também a chamada especificidade do discurso produzido. Uma especificidade que não se encerra em si, ao contrário, define-se pela sua inserção na totalidade dos fenômenos sociais.

"desvio" na leitura que fazemos da realidade. Mesmo que a expectativa da síntese tenha se colocado para os geógrafos em outros momentos, não acreditamos que seja este o melhor momento para reafirmá-la, pois a intensa verticalização das áreas de conhecimento prejudica aquele intento.

Nosso objetivo é introduzir, de modo bastante incipiente, um ingrediente que ainda não vimos acerca das interpretações da obra *O Príncipe* de Maquiavel. Nesta primeira "abordagem geográfica" vamos apontar alguns elementos de modo a contribuir para a compreensão da totalidade de questões que o referido autor trabalhou, quando da sistematização dos mecanismos do exercício do poder. Ao invés de destacar o espaço como o *objetivo* das teorizações de Maquiavel, vamos mostrar o quanto fazia parte das preocupações do grande teórico da política.

Assim, trabalhamos a problemática do "espaço", numa interpretação sobre Maquiavel. O que não é difícil, pois sendo o espaço algo material e evidente aos leitores atentos, já deve ter sido percebido. Talvez, o que não se tenha apreendido, seja o significado que Maquiavel apresenta quando faz referência ao espaço, à ação nele e/ou sobre ele.

Também temos a preocupação de registrar a necessidade de se fazer uma releitura dos clássicos da política, buscando apreender elementos de ação territorial. Isto porque esta é o fruto das negociações, ou seja, é no espaço que vão materializar-se as resoluções das articulações, fruto da política, aqui entendida como negociação, ou, até mesmo, como embate entre classes e interesses.

A ação territorial é a materialização de projetos políticos. O Estado é um dos agentes que materializa projetos, com todas as implicações que o bloco no poder vai dispor sobre o governo, e sobre a ação territorial. Neste caso, o território em questão passa a ser o limitado pelo estado-nação, ao mesmo tempo que pode, em alguns casos, apresentar elementos para a ação em outros países, quando de acordos bilaterais.

Não Temos apenas o Estado como materializador de projetos. Isso acontece quando da ação de agentes privados no espaço social diretamente sobre o último, produzindo ou reproduzindo-o. Aqui, o Estado atua como disciplinador da ação territorial, "fiscalizando" o cumprimento das normas estabelecidas para nortear a ação territorial. Para os grupos privados, o território em questão é definido pelo nível de relações que cada um engendra, inclusive, podendo eliminar as limitações das fronteiras de um estado-nação, e suas restrições à ação territorial, atuando em diversos estados-nações, de modo a operacionalizar seu projeto.

Tanto no Estado, quanto junto aos agentes privados, a ação territorial é uma ação voltada para a materialização de projetos, intermediada pela negociação política. A materialidade das necessidades para a implan-

tação dos projetos tem na ação territorial a sua objetivação, via produção ou reprodução do espaço. Assim, as etapas diversas da realização dos processos engendrados, no projeto, têm respaldo na ação territorial, pois esta estará vinculada diretamente com aqueles, materializando-os por sobre a territorialidade que os processos abarcam.

Entretanto, os homens já perceberam que as ações no espaço social, ou seja, a implementação do produto das negociações, também é uma ação política, ou melhor, geopolítica, que pode levar à dominação de algumas classes, aliadas do processo de negociação e que, portanto, não têm seus objetivos materializados.

Nossas sugestões sobre o que Maquiavel apresenta se pautam numa determinada visão de "Geografia", que apresentaremos a seguir.

Uma leitura do "espaço"

Lacoste nos mostrou a importância da leitura do espaço, ao mesmo tempo que aponta os caminhos trilhados pela geografia, no sentido de encaminhar justamente o contrário. Em sua obra: *"A geografia serve, antes de mais, para fazer a guerra"*, apresenta duas geografias:

"uma, *de origem antiga*, a geografia dos estados maiores, é um conjunto de representações e de conhecimentos variados relacionados com o espaço; *este saber sincrético é entendido como eminentemente estratégico* pelas minorias dirigentes que o utilizam como instrumento de poder (grifo nosso); a outra geografia, a dos professores, que surgiu há menos de um século, tornou-se um desvio *ideológico* de que uma das funções *inconscientes* é a de mascarar a importância estratégica das análises que fazem do espaço." (pag. 17-1978)

A necessidade de se conhecer o espaço está colocada realmente para o caso da guerra, mas também para a organização territorial, durante muito tempo a preocupação majoritária dos geógrafos. Mas o que nos revela a organização espacial senão a reprodução das relações sociais.² Neste sentido seu entendimento é importante, buscando, a partir daí, estratégias que visam equilibrar as disparidades espaciais. Também no outro sentido, o

²A organização espacial pode contribuir para a compreensão de novas formas de produção (e dos espaços produzidos) oriundas da tentativa de furtar do modo de produção capitalista a sua hegemonia, buscando novas relações de produção, ainda que parte do trabalho acabe sendo apropriado por um capitalista.

da guerra, o conhecimento do espaço é fundamental, pois "é preciso conhecer o espaço para nele saber combater" (Lacoste-1978), mesmo que a guerra possa se dar a nível de mísseis dirigidos a alvos anteriormente conhecidos, é necessário localizá-los, conhecer os obstáculos que porventura possam se apresentar na trajetória. Já no caso de uma ação política com vistas à tomada de poder, a partir do levante popular, por exemplo, a ocupação de uma rua (como na Comuna de Paris), do campo, enfim, a materialidade apresentada é um importante recurso para a defesa e o ataque. Lacoste mesmo nos dá um exemplo do significado disso, citando o Vietnã, onde "nativos" resistiram aos mais diversos instrumentos de guerra norte-americanos, também, graças ao conhecimento efetivo do seu território.

Maquiavel, como homem de Estado que era, também apercebeu-se desta importância. É o que ressaltaremos do seu pensamento, tendo como base, além da leitura de *O Príncipe*, uma série de comentadores, cuja indicação bibliográfica acompanha este texto.

O pensamento de Maquiavel

Iniciaremos com Skinner nossos apontamentos sobre Maquiavel.³ Ele nos mostra que a antítese fundamental de *O Príncipe* diz respeito aos principados novos que "são adquiridos e mantidos quer através da *virtú* de um homem e de suas próprias armas, quer através da Fortuna e com forças de outros homens" (pág. 24 c 27 - *O Príncipe*, Maquiavel, cit. por Skinner, pág. 43 - 1988). Mais adiante afirma que para Maquiavel, os que alcançaram o poder a partir da *virtú*, são mais admiráveis que os que se levaram pelo acaso (Fortuna) a um posto de comando. Queremos discutir um pouco melhor este ponto.

Maquiavel admite a indeterminação, o acaso, permitindo o acesso ao poder, pois, dando o exemplo de Ciro e Moisés, diz que, ao "atentarmos nas suas obras e na sua vida, verificamos que não tiveram outra sorte além da ocasião, a qual lhe proporcionou a matéria em que puderam

³Quentin Skinner é cientista político e professor na Universidade de Cambridge. Na sua obra *Maquiavel* (Ed. Brasiliense-1988), procura contextualizar a obra de Maquiavel junto à filosofia clássica e renascentista, trabalhando, principalmente, a concepção de moral desenvolvida pelo autor, no período das cidades-estados na Itália. Para Skinner, Maquiavel era um humanista porém com elementos compondo sua moral que se contrapunham àquela concepção. Para uma introdução ao contexto histórico da produção de Maquiavel, além da obra de Skinner, ver LARIVAILLE, Paul, *A Itália no Tempo de Maquiavel*, Cia das Letras, 1988.

introduzir a forma que lhes aprazia. Sem a ocasião, os seus talentos e o seu espírito ter-se-iam perdido; sem os seus talentos, a ocasião teria surgido em vão" (pág. 34-1972). *A fortuna e a virtú* nos parecem ser o ponto central da análise de Maquiavel, com vistas ao poder. Em mais de uma situação reforça isso, dizendo da importância do príncipe desenvolver suas virtudes para enfrentar as contingências que se colocam no seu dia-a-dia, no exercício do poder. A preparação e a estratégia devem ser a preocupação central do príncipe. Skinner sintetiza bem esta questão, escrevendo que "a arte de governar está em se reconhecer a força das circunstâncias, aceitando o que é ditado pela necessidade e harmonizando o próprio comportamento com a exigência dos tempos" (pág. 64 - 1988).

A questão, então, e o comportamento do príncipe, a explicitação da *virtú* frente a *fortuna*, não necessariamente de forma contrária, mas quando assim lhe convier, sabendo explorar os "acenos positivos" da ocasião. Ou seja, o príncipe deve estar apto para contrapor-se aos apuros emergentes, tendo na ação territorial uma possibilidade efetiva de materializar projetos que o amparem, resguardando-o contra possíveis levantes que a ocasião pode lhe trazer.

O Príncipe, segundo Maquiavel

Conhecido por ter exposto de maneira clara as atitudes que os príncipes deveriam tomar, quando no poder, Maquiavel deixa claro duas preocupações, no que diz respeito às qualidades do príncipe. Uma delas, diz respeito à moral, e a outra, à guerra.

Quanto à moral, "foi o que tornou Maquiavel imortal" (pág. 33 - 1984 - Mounin). Analisando a atuação de políticos contemporâneos à sua época, Maquiavel nos dá mostra de uma nova moral. Uma moral anti-cristã, predominante no seu tempo, que insere objetivos concretos no posicionamento e para a ação. Pode-se dizer que a partir de Maquiavel tomou grande efeito a frase "os fins justificam os meios". O autor em questão acreditava que, dentre a *virtú* do príncipe, eslava aquela de saber o que era bom para o seu povo, e para si, com o objetivo de conquistar e/ou manter o poder. Isto permite a Sabine propor um "padrão duplo de moral, um para o governante e o outro para o cidadão privado (...) uma vez que o governante estava fora do grupo, ou pelo menos, em relação muito especial com ele, está acima da moralidade que deve ser exigida do todo" (pág. 334 - 1964).

Nas mesmas bases, Gramsci vai dizer, atribuindo ao partido político o significado do príncipe no seu tempo, que:

"Maquiavel propôs-se a educar o povo (...). torná-lo convencido e consciente de que pode existir uma política, a realista para alcançar o objetivo desejado e que, portanto, e preciso unir-se em torno e obedecer àquele príncipe que emprega tais métodos para alcançar o objetivo, pois só quem almeja um fim procura os meios idôneos para alcançá-los." (pág. 132 - 1980)

As mesmas situações e normas dispostas no texto de Maquiavel, permitiriam ao príncipe e ao povo, linguagem tanto de Maquiavel, quanto de Gramsci, chegar ao poder. Entretanto, o último vai propor a organização no partido político como a possibilidade da tomada do poder pelo povo, mantendo o sentido de vanguarda, no caso, o partido, que "deve ser seguido", tão comum em muitas vertentes dos quadros políticos partidários, inclusive de esquerda, assim como Sabine, que a reconhece na moral do príncipe, o soberano.

De qualquer modo, a nova moralidade proposta por Maquiavel, seria a inserção da lógica da necessidade, para a manutenção da ordem, recém-criada (no caso de uma conquista), ou, em vigência, mostrando as divisões e ação de quem ocupa o poder.

No que diz respeito à guerra, Bandello, em dedicatória a Giovanni delle Bande Neri (cit. por Gramsci, pág. 139) fala sobre a incapacidade de Maquiavel organizar soldados no campo de batalha, aplicando as suas teorias da arte de guerra. Gramsci alerta para o fato de Maquiavel estar preocupado com a política cometendo,

"erros de caráter militar: ele pensa especialmente na infantaria, cujas massas podem ser arroladas com uma ação política e por isso desconhece o significado da artilharia (...). Maquiavel deve ser considerado como um político que precisa ocupar-se da arte militar, (...) a questão técnico-militar não constitui o centro do seu interesse e do seu pensamento. Ele trata dela apenas na medida em que e necessária a sua construção política." (pág. 16 - 1980)

Este é o ponto que passaremos a desenvolver agora, pois é evidente a grande preocupação de Maquiavel com a arte da guerra, senão no sentido estrito, das manobras em um campo de batalha, em sentido amplo, do jogo de tensões que aquela, ocorrendo ou não, causa, compondo a política. Neste sentido, pode-se encarar a geopolítica como ação e resultado da guerra em seu sentido amplo, do seu jogo frente ao poder, presente no

diplomata que escreveu *O Príncipe* e, é claro, como um componente importante nas suas formulações políticas.

A geopolítica: uma Virtú

Antes de analisarmos alguns dos aspectos geopolíticos contidos em *O Príncipe*, acreditamos ser necessário apresentar o que entendemos por geopolítica.

A geopolítica é toda ação que se dá em um determinado território, com vistas à dominação social. Ela pode (e deve) engendrar uma série de elementos com vistas à ação territorial.

Estes elementos são símbolos do poder, que ostentam em si a presença marcante das classes dominantes. É comum assistirmos no território, uma série de símbolos, todos eles encravados no meio à "desorganização do espaço". Além disso, a ação geopolítica pode ser mais direta, como e o caso do planejamento estratégico, com vistas à localização de determinados empreendimentos (como usinas atômicas, por exemplo). Concordamos com Vesentini quando diz que "a geopolítica (...) estuda o espaço geográfico visando a sua instrumentalização", caracterizando-se como um "discurso e prática política de *controle social* via produção do espaço" (pág. 87 - 1986) onde "é fundamental (...) a preocupação com a segurança do Estado (e, também), enleiar-se com a 'cultura nacional', com os mitos mais arraigados de uma sociedade, aqueles fundamentais para a dominação" (pág. 69-1986).

A geopolítica articula-se à ação territorial. Uma vez definido o projeto, a sua concretude espacial, fruto da ação territorial, vai ganhar estratégias espaciais. A materialidade do projeto e gerada, também, pelas estratégias. Neste momento temos a prática da geopolítica, compondo o projeto. A ação geopolítica está voltada para as estratégias, enquanto a ação territorial, a produção e/ou reprodução do espaço num dado território, é a materialização efetiva dos processos que dão conta das necessidades colocadas pelos projetos, já mediatizados pela ação geopolítica, também produtora, no sentido do "planejamento" do espaço. A (geo) política vai dar conta dos diversos modos de estabelecer o produto da negociação, o projeto possível, acabando por optar pelo modo que melhor articule os anseios dos que participam da elaboração do projeto, dos seus interesses.

Maquiavel, exercendo sua função de conselheiro, vai enquadrar-se como um geopolítico, inclusive, dispondo entre os seus conselhos, do significado e importância desta prática pelo príncipe.

Uma rápida inserção na "vida" de Maquiavel se faz necessária, pois a sua vivência era, também, a base para as suas formulações. Além disso, tinha, nas oportunidades em que desempenhou o papel de diplomata, o contato direto com a *negociação*, com a prática dos príncipes, sendo outra fonte para as suas teorizações. Tudo isto lhe valeu o rótulo de empirista, quanto ao método empregado por ele.

Skinner (1988) e Mounin (1984) apresentam, de maneira bastante rica, a vida de Maquiavel, procurando contextualizar a sua produção. Mounin escreve que Maquiavel "é (...) um dos homens de Estado do seu tempo" (pág. 14-1984). A importância deste fato marca a obra de Maquiavel, pois, como homem de Estado, tinha que concretamente resolver as questões que se lhe apresentavam. Daí a sua moral, a da necessidade, a sua preocupação com a guerra, se for a alternativa para alcançar o "necessário", e daí, também, uma das bases de um pensador geopolítico: *a estratégia*, uma qualidade fundamental na negociação, que ele buscou no seu cotidiano de diplomata. E é, queremos assim demonstrar, bastante significativa dentre aquelas que compõem a *virtú* de um príncipe.

Um grande estrategista, voltado para a conquista de territórios, leu e fez anotações em *O Príncipe*. Trata-se de Napoleão Bonaparte. Assim, tivemos a preocupação de trabalhar com uma edição daquela obra que continha os seus comentários. Mesmo não tendo a "fundamentação" dos demais comentadores, o engajamento frente à resolução de questões colocadas a sua frente, como conquistador, dá uma qualificação importante às anotações de Napoleão, que citaremos a seguir.

A primeira evidência geopolítica de Maquiavel, em *O Príncipe*, surge "fora" do texto. Está na dedicatória a Lourenço de Médici, duque de Urbino.

"Assim como os desenhadores de paisagens ficam embaixo, na planície, para contemplar o aspecto das montanhas e dos lugares altos, ou se empoleiram naqueles para melhor apreciar os lugares baixos, assim para conhecer bem a natureza dos povos, convém ser príncipe, e para conhecer a dos príncipes, ser popular" (pág. 12 - 1972).

Napoleão comenta esta frase da seguinte forma:

"Assim comecei e assim se deve começar. Do cimo da montanha tem-se uma visão muito mais precisa do fundo dos vales" (pág. 139-1972).

Se por um lado, concretamente, de um ponto alto é possível ver-se de modo "preciso" a sua base, o mesmo ocorre com o príncipe, que deve buscar apreender, do seu lugar de dirigente, as bases, numa leitura muito próxima à de Gramsci, porém, descartando o caráter vanguardista atribuído ao príncipe-partido. Em inúmeras passagens de *O Príncipe*, Maquiavel nos evidencia a preocupação que o soberano deve ter com os do seu reino, inclusive, no sentido de observá-los frente à possibilidade de qualquer tipo de levante que possa transformar a ordem estabelecida e ameaçar-lhe o poder.

Por outro lado, o que significa concretamente, "olhar de cima de uma montanha"? A possibilidade de se ver o horizonte de modo mais amplo que os que se encontram abaixo; a facilidade de defesa, pois uma vez estando no topo, o acesso e, pelo menos para uma época em que não existem aviões e ou lançadores de mísseis dirigidos, enfim, com os recursos daquele período, quaisquer tipos de lançadores teriam de ser posicionados relativamente próximos ao alvo, segundo nossos referenciais de hoje, e imagine o trabalho e a movimentação para se chegar ao "topo de uma montanha" com arremessadores, ou mesmo arqueiros. Seria possível ao príncipe, observando-a do alto, precaver-se para a defesa, além, da época, da própria dificuldade natural que representava transportar qualquer coisa num terreno acidentado. Hoje, a tecnologia militar superou esses problemas.

Porém, ao invés de "olhar por cima de uma montanha", preferimos "um olhar de cima da montanha". Foucault (1986) fez a crítica ao *Panóptico* de Bentham.⁴ Não nos cabe retomá-la neste momento, mas sim, destacar que tal engenho pode ter sido inspirado numa leitura de *O Príncipe*, onde se lê:

"Tem sido costume dos príncipes, para melhor conservarem os seus Estados, construir fortalezas e cidadelas que serviam de rédea e freio aos que pensam resistir-lhes".

Interrompemos esta frase, para inserir o comentário de Napoleão:

"Assim se construíram a Bastilha, no reinado de Carlos, o Sábio, para dominar Paris, e o castelo Trompeta, de Bordéus, no de Carlos VIII, para dominar a cidade. Não percamos isto de vista".

⁴Analisando o **Panóptico**, um dispositivo de controle projetado por Jeremy Bentham, no final do séc. XVIII, Foucault o caracteriza como "um castelo (uma torre cercada de muralhas)" (pág. 217 - 1986).

É notório o reconhecimento de Napoleão. Mas vamos prosseguir com a frase de Maquiavel:

"(...) e também para terem um refúgio seguro contra um levantamento súbito" (pág. 114-1972).

Novamente, achamos importante acrescentar o que escreveu Napoleão sobre este trecho.

"Na primeira ocasião, *hei-de construir uma no alto de Montmartre, para impor respeito aos Parisisenses*. Por que não a tive quando eles se entregaram covardemente aos aliados? O castelo Trompeta há de manter em respeito os traidores do Garona" (pág. 172-1972 grifo nosso).

A referência à localização nos parece ser o caráter fundamental da colocação de Maquiavel, referendada por Napoleão, não apenas para o caso de um combate, o que é evidente, mas também, e acreditamos, principalmente, para a criação de uma base sólida do governo, edificando o poder, que "poderá se exercer pelo simples fato de que as coisas serão sabidas e de que as pessoas serão vistas por um tipo de olhar imediato" (Foucault-pág.216- 1986).

Inserido no seu tempo, como nos aponta muito bem Gramsci, e mesmo descartando uma série de influências do pensamento cristão, evidenciadas na sua concepção de moral, Maquiavel absorveu a prática do clero, quando da localização das igrejas, marco do poder que obedecia a regra de estar acima do povo, locado no alto, possibilitando a sua visão como um ser presente a todos os olhos "materializando" o poder.

Em uma passagem de *O Príncipe* temos: "os homens (...), se orientam em seus feitos pela imitação (...), o homem prudente deve seguir sempre as vias traçadas pelos grandes personagens e imitar aqueles que foram muito excelentes" (pág. 33-1972). Deste modo, "copiar" a prática da Igreja é importante na medida em que a preocupação está às voltas com o poder, com os mecanismos que permitem a sua conquista e/ou manutenção. Portanto, o que é funcional e interessante ao príncipe deve ser apropriado.

Podemos dizer que a localização do poder através de seus símbolos de modo a permitir o seu reconhecimento de imediato, é uma sugestão que vemos ainda hoje reproduzida. Exemplos disso não faltam: Brasília, a cidade-capital, ou mesmo, a torre de transmissão de uma emissora de TV, numa avenida que se projeta por estar no espigão de uma metrópole, além de ser o centro financeiro do país, para citar alguns. Todos eles são

expressões no espaço do poder, materializações de projetos de dominação, nas suas diversas manifestações, caracterizando tal sugestão como um dos toques universais que fazem da obra de Maquiavel um clássico, pela sua permanência.

Uma outra passagem de *O Príncipe*, permite-nos uma série de considerações. É onde Maquiavel recomenda ao príncipe preparar-se para a guerra, pelas obras e pelo espírito. Também aqui faremos uso dos comentários de Napoleão.

"Pelas obras, além de manter a sua gente bem disciplinada, convém que se lhe junte, e, destarte, exercite o seu corpo e o endureça com trabalho, ao mesmo tempo *que aprende a conhecer a natureza dos lugares*, como se elevam as montanhas e desembocam os vales, como se estendem as planícies, qual é a natureza dos rios e pântanos, e *estude tudo isso com muito cuidado*".

Sobre este trecho Napoleão comenta: "Aproveitei os teus conselhos". Na seqüência, Maquiavel prossegue dizendo:

"pois é-lhe proveitoso de duas maneiras: primeiro, aprende a conhecer o seu país, e, portanto, a saber como melhor o poderá defender; segundo, possuidor de conhecimento prático e teórico da paisagem, compreenderá facilmente a situação de qualquer outro lugar que por ventura venha a ter a necessidade de analisar (...), graças ao conhecimento geográfico de uma província, se pode facilmente conhecer outras."

Napoleão comenta esta passagem assim: "*juntem-se a isto boas cartas topográficas*". Maquiavel prossegue escrevendo:

"O príncipe que não for perito nesta matéria não terá a primeira e principal virtude que deve possuir um bom capitão, pois é ela que o ensina a encontrar o inimigo, a estabelecer acantonamentos, a conduzir um exercito, a colocá-lo em formação de batalha e a levar vantagem no cerco de uma cidade", (pág. 79-1972 - grifo nosso).

Napoleão discorre sobre este último trecho como segue: "tereí aproveitado bem os conselhos?" (pág. 160 - 1972). A preparação pelo espírito deve dar-se através de leituras.

Vamos resgatar parte da longa citação de Maquiavel. "Conhecer a natureza dos lugares para a defesa do seu país, e também, para compreender a outros lugares deve ser a principal virtude de um bom capitão". Para alguém que recomenda ao príncipe ser o comandante do seu próprio exercito, a síntese acima ganha um grande destaque.

Preocupado com a guerra, com a defesa e com as **estratégias** que possibilitam o sucesso nos dois casos, Maquiavel apreende o significado do espaço e da geografia, no entender de Lacoste. O espaço para ele, até então, era o natural, os rios, as montanhas e os vales, "obstáculos" que se colocariam em um campo de batalha, além das fortalezas que contornavam as cidades, as quais vai analisar, chegando à conclusão de que não se deve construí-las, mas sim ter um bom exército, e não temer ao povo. A leitura do espaço, para Maquiavel, era, então, a de um estrategista, com o objetivo de extrair elementos para a ação. Era, podemos dizer, um componente que o príncipe deve possuir, através do seu conhecimento prático e teórico.

De maneira clara, Maquiavel apreende o espaço como estratégico, e preocupa-se em teorizar a maneira de apreendê-lo. Empirista como era, vai propor o conhecimento de um **determinado** território, para, a partir dele, propor generalizações, uma metodologia geográfica com certeza, embora muito criticada hoje. A metodologia proposta para se chegar ao conhecimento do território, muito curiosa, consistia na prática da caça pelo príncipe. A caça é uma maneira de se colocar no terreno, pois no caso de perseguição de uma presa, o contato com o terreno é um importante treinamento, já que se vai persegui-la, encurralá-la, enfim, pensar estrategicamente usando o espaço materializado como um componente da ação. Não cabe uma crítica quanto à metodologia (a caça), proposta por Maquiavel, mas ao contrário, ressaltar o valor da sua sugestão, que partia das práticas e costumes dos príncipes. As observações críticas se dariam às generalizações que se possam fazer a partir do conhecimento de um território, o que pode levar a engodos, como nos mostra toda a crítica à geografia dita tradicional, na qual podemos inserir esta forma de apreender o espaço. Por outro lado, também em Maquiavel vamos ver as bases da obra que iniciou uma revisão crítica de toda a produção geográfica, pois ele nos deixa claro que a geografia serve, também, para fazer a guerra.

Outras preocupações geopolíticas podem ser apreendidas numa leitura da obra de Maquiavel. Procuraremos desenvolvê-las em outra ocasião, inclusive, de modo mais aprofundado.

Um último aspecto queremos realçar, no que tange a geopolítica de Maquiavel. Diz respeito à ação, quando da tomada de um território.

"Um dos remédios mais eficazes, e de resultados mais imediatos, seria o conquistador ir lá residir em pessoa (...) um outro bom remédio é enviar colônias para um ou dois lugares que sejam uma espécie de *compedes* (entraves, obstáculos) da província" (págs. 18/19-1972).

Na passagem acima, temos a mais evidente ação geopolítica proposta por Maquiavel. O desenvolvimento de colônias é uma prática comum para efetivar a conquista de um território, também reproduzida hoje, como é o caso do projeto Calha-Norte, para citar um caso. A possibilidade do conquistador ir lá residir, diz respeito ao símbolo do poder, ou melhor, do poder em pessoa deslocar-se até o território, dando mostras da sua existência e significado real, concretamente. A ordem proposta também é interessante. Primeiro dão-se mostras do novo poder, com o príncipe instalando-se no local, para, em seguida, propor-se a ocupação via colônias, quando já não mais se fizer necessário o poder personificado, os símbolos aluam em seu lugar.

Antes de concluir, queremos distinguir o objetivo de Maquiavel, ao escrever *O Príncipe*, e o objetivo do conteúdo da obra, que nos parece ser confundidos por alguns comentadores. Retomando de modo ampliado uma citação de Maquiavel, veremos que,

"os homens caminham quase sempre por sendas abertas por outros, se orientam nos seus feitos pela imitação e nunca conseguem percorrer o verdadeiro caminho dos primeiros nem alcançar a virtude daqueles que imitam, *o homem prudente deve sempre seguir as vias traçadas pelos grandes personagens e imitar aqueles que foram muito excelentes, para que, se o seu talento não lhe permitir igualá-los, consiga ao menos alguma semelhança*" (pág. 33-1972 - grifo nosso).

De modo irônico, Maquiavel, na sua dedicatória apresenta-se a Lourenço como entre,

"aqueles que desejam conquistar o favor de algum príncipe costumam apresentar-se-lhe com os bens que mais prezam ou com aqueles que crêem em dar-lhe maior prazer (...). Desejando, pois, oferecer-me a Vossa Magnificiência com qualquer prova da minha sujeição" (pág. 11 - 1972).

Uma rápida retomada final

Um grande pensador. Um estrategista. Amoral. Imoral. Preferimos, para nos referir a Maquiavel, chamá-lo como um homem que viveu sob a influência do seu tempo, criando (ou clarificando), estratégias com vistas à ação política e territorial, pautando-se em uma reflexão (geo) política do príncipe ou dos conselheiros que o serviam.

A sua concepção de moral, associada às reflexões sobre a política, fruto das observações e da sua atuação concreta, o transformaram em leitura obrigatória. A permanência das questões como a relação entre a política e a moral, a força da *virtú* frente ao acaso, a estratégia na ação territorial, ainda hoje, têm nas suas sugestões, alternativas.

A base de tais formulações e reflexões, a prática, a vivência e a leitura dos grandes estrategistas, permitem-lhe atribuir o "rótulo" de empirista, que se reflete na sua apreensão do espaço. E a sua (geo) política também o é. Uma virtude que ele desenvolveu, que nos mostrou pela sua obra e vida. Maquiavel, considerando a necessidade como a motriz das ações, percebeu que o príncipe deve dispensar uma atenção especial ao espaço, desenvolvendo esta qualidade. O conhecimento do território, a ação territorial, devem constar do elenco de funções que um príncipe (ou partido) deve se preocupar, com vistas à tomada e/ou manutenção do poder. A (geo)política é uma *virtú* que deve estar presente, segundo nos "aconselha" Maquiavel, desde o séc. XVI.

Bibliografia

- BONAPARTE, N. - (1972) - "Anotações" in *O Príncipe*. Publicações Europa America. Lisboa.
- FOUCAULT, M. - (1986) - *A microfísica do poder*. Paz e Terra. São Paulo.

- GRAMSCI, A. - (1980) - *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Civilização Brasileira. 4ª edição. Rio de Janeiro.
- LACOSTE, Y. (1977) - *A geografia serve antes de mais para fazer a guerra*. Iniciativas Editoriais. Lisboa.
- LEFORT, C. - (1980) - "A primeira figura da filosofia da práxis" e "Sobre a lógica da força" in *O pensamento político clássico*, (org.) Quirino, C. G. e Souza, M.T.S. Queirós. São Paulo.
- MAQUIAVEL, N. - (1972) - *O Príncipe*. Publicações Europa-América. Lisboa.
- MOUNIN, G. - (1984) - "Introdução" in *Maquiavel*. Edições 70. Lisboa.
- SABINE, G. - (1964) - *História das teorias políticas*. Ed. Fundo de Cultura. São Paulo.
- SKINNER, Q. - (1988) - *Maquiavel*. Editora Brasiliense. São Paulo.
- VESENTINI, J. W. - (1986) - *A capital da geopolítica*. Ed. Ática. São Paulo.
- VIVES, J. V. - (1950) - *Tratado general de geopolítica*. Editorial Teide. Barcelona.